

OS AÇORES E A SUA DIMENSÃO OCEÂNICA¹

FERNANDO JOSÉ CORREIA CARDOSO

Fernando José Correia Cardoso – Assessor Jurídico da Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia.

Foi com especial satisfação que acedi ao convite do Núcleo Cultural da cidade da Horta para proceder, em Bruxelas, à apresentação do número do Boletim editado pelo Núcleo e dedicado, neste ano de 2009, ao tema **“Os Açores e a sua dimensão oceânica”**.

Permitam-me, antes de mais, que formule os mais sinceros agradecimentos a todas as personalidades e instituições que proporcionaram as condições para que esta apresentação tivesse lugar em Bruxelas, e nomeá-las aqui em lugar de destaque:

- O Embaixador Manuel Lobo Antunes, Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia.
- O Governo Regional dos Açores.
- O Doutor Ricardo Madruga da Costa, Editor do Boletim, e toda a Direcção do Núcleo Cultural da Horta.
- O Dr. Duarte Freitas, que foi Deputado ao Parlamento Europeu, actual-

mente Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

– O Dr. Jorge Costa Pereira, Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

– O Eng.º Luís Tavares, Membro do Conselho de Administração da empresa Cofaco.

– O Dr. Adolfo Ribeiro Lima, que foi Secretário Regional da Agricultura e Pescas em sucessivos Governos Regionais, e Secretário Executivo da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico.

– O Dr. Jorge Menezes, da Representação Permanente, e toda a sua equipa de Colaboradores.

– Os Professores Ricardo Serrão Santos e Eduardo Isidro, do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

– O Dr. Joaquim Pinto da Silva, Director da ‘Orfeu’, Livraria Portuguesa de Bruxelas.

¹ Texto de apresentação da edição n.º 18 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* levada a efeito nas instalações da Representação

Permanente de Portugal junto da União Europeia, a qual teve lugar em Bruxelas no dia 9 de Dezembro de 2009.

– Os Senhores Rui Ferreira e Augusto Santiago, das empresas ‘Alambique’ e ‘Nogueira e Ca.’.

– A Dr.^a Patrícia Marques, da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

Aqui fica, pois, o público reconhecimento do esforço colectivo que possibilitou a concretização desta iniciativa.

*

Em boa hora decidiu o Núcleo publicar um número dedicado a uma das temáticas que se encontra no cerne da vivência açoriana. Temática que se insere hoje numa ordem mais geral, a que se referiu, em 2006, o Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Dr. Durão Barroso, no Livro Verde *‘Para uma futura política marítima da União: uma visão europeia para os oceanos e os mares’*², nos seguintes termos:

“Os oceanos e os mares sustentam a vida de centenas de milhões de pessoas, enquanto fonte de alimentos e de energia, via de comércio e de comunicação (...).

Sendo português, é muito natural que os assuntos marítimos estejam no meu coração. Por isso, o uso susten-

tável e a governação dos nossos oceanos constitui, desde há muito tempo, uma questão de grande importância para mim e surpreende-me que, apesar de os oceanos serem um elemento essencial para a vida no nosso planeta, influenciando inclusivamente o nosso clima, continuem a ser relativamente desconhecidos (...).

Isso aplica-se sobretudo à Europa, que é um continente marítimo, rodeado de dois oceanos e de quatro mares, com uma orla costeira que se estende ao longo de quase 70.000 km. Os europeus sempre foram, e continuam a ser, líderes mundiais no respeitante aos assuntos marítimos. Isso não nos deve surpreender, já que 20 dos 25 Estados-Membros da União Europeia são Estados costeiros ou insulares e 90% do comércio externo da União e mais de 40% do seu comércio interno so processa por via marítima. (...).”

Mas o *Livro Verde* e o *Plano de Acção* respectivo prosseguem:

“As sete Regiões Ultraperiféricas conferem à política marítima da União Europeia uma dimensão global. Estas regiões apresentam uma estreita relação com o mar caracterizada por actividades económicas na vertente marítima e por um património natural marinho (...). A sua plena integração na política marítima da União Europeia reveste-se de uma especial importância”.

² Documento COM (2006) 275 de 7 de Junho de 2006.

Aliás, um documento comunitário recente³ atesta bem esta especial ligação:

“As Regiões Ultraperiféricas dão à União Europeia uma dimensão marítima internacional considerável, proporcionando assim uma legitimidade reforçada para realizar uma política de co-desenvolvimento sustentável dos oceanos nas três bacias específicas que são a Macaronésia, as Caraíbas e o Sudoeste do Oceano Índico”.

*

A Comissão Europeia teve oportunidade de se pronunciar sobre esta matéria em geral, mas não deixou de fazer uma referência ao nosso país: **“Portugal mostra o exemplo** – Portugal criou em 2005 uma *Task-Force* institucional encarregada de desenvolver uma estratégia marítima. Trata-se de uma iniciativa importante, na medida em que Portugal é um dos principais países marítimos da União Europeia. Este trabalho culminou na *Estratégia nacional para o mar*, apresentada em 2006, que define a política marítima portuguesa para os próximos dez anos (...). Esta abordagem inscreve-

-se perfeitamente no quadro da política marítima integrada da União Europeia que Portugal apoia plenamente”⁴.

Sublinharemos ainda que um estudo recentemente divulgado, “admite que, até ao fim dos primeiros 25 anos do século XXI, o conjunto de actividades relacionadas com o mar, directa e indirectamente, pode vir a representar 12% do Produto Interno Bruto (PIB) português”⁵.

Não vou referir aqui todas as instâncias ligadas ao sector nem mencionarei as múltiplas manifestações que têm ocorrido nos últimos tempos. Darei, no entanto, o devido relevo às seguintes, a nível nacional: a acção do Instituto Português de Conservas de Peixe; o prestígio alcançado pelo Instituto Português de Investigação Marítima; a elaboração do Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos; a definição da Estratégia Nacional para o Mar; a criação do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar; o primeiro reconhecimento, a nível mundial, de uma área marinha pro-

³ Comissão das Comunidades Europeias, *As regiões ultraperiféricas: um trunfo para a Europa*, Documento COM (2008) 642 de 17 de Outubro de 2008.

⁴ V. *A Pesca e a aquicultura na Europa*, Ed. Comissão Europeia, n.º 37, Fevereiro 2008, p. 9.

⁵ Cf. “Expresso – Economia”, edição de 16 de Maio de 2009, p. 19 (artigo relativo ao estudo “O *Hypercluster* da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa”, elaborado pela SaeR – Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco, Lda./ Associação Comercial de Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009).

tegida para além das 200 milhas sob jurisdição nacional (o campo hidrotermal ‘*Rainbow*’ localizado ao largo dos Açores); a instituição do galardão “Governança Sustentável dos Oceanos”, numa iniciativa conjunta da Fundação Calouste Gulbenkian e do Oceanário de Lisboa.

Em relação às Regiões Autónomas, as iniciativas mais recentes falam por si.

No caso da Madeira: a gestão cuidada dos recursos disponíveis; o desenvolvimento registado na aquacultura; o esforço de valorização dos produtos transformados; o ordenamento e gestão das áreas marinhas protegidas; a acção desenvolvida pelo Laboratório de Biologia Marinha e Oceanografia da Universidade da Madeira.

No que diz respeito aos Açores: a realização, ao longo de mais de vinte anos, da ‘Semana das Pescas dos Açores’; a organização de outras manifestações científicas e técnicas, a nível regional; a instituição do Prémio Anual Universitário Lotaçor, cuja primeira edição teve como tema “Inovação e Investigação em Recursos Ligados ao Mar e às Pescas”; o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

*

Situemos agora a ilha do Faial no contexto histórico mais próximo, a

fim de melhor enquadrar a criação e os objectivos do Núcleo Cultural no ambiente próprio da envolvência marítima desta ilha. Diz-nos a mais autorizada historiografia⁶, numa excelente síntese :

“A relevância da ilha do Faial, (...) assenta na sua posição geográfica relativamente ao sistema das rotas transatlânticas e na segurança do seu abrigado porto. (...).

(...) desde os tempos do curso isabelino na espreita dos galeões das Índias de Ocidente, passando pelas rotas das Américas, mais a recentragem estratégica determinada pela fixação da corte portuguesa no Rio de Janeiro acompanhada da transferência dos interesses britânicos para o Atlântico profundo; e depois a conveniência da terra faialense como plataforma logística para a constituição da expedição liberal, mais a imprescindibilidade do apoio à frota baleeira americana e ainda a escala dos vapores para tomar carvão; e as amargens pioneiras das experiências que assinalam os marcos fundamentais da história da aviação e ainda a amarração dos cabos submarinos transatlânticos; e a valia como base militar naval na II Guerra Mundial – sempre o porto da Horta em

⁶ Ricardo Madruga da Costa, “Uma breve perspectiva da história da Ilha do Faial” in *Livro comemorativo dos 10 anos do sismo de 1998*.

destaque a tornar desproporcionada a importância de uma pequena ilha ancorada a meio do Oceano. Por tudo isto, nenhuma ilha dos Açores, como a ilha do Faial, revela uma tão persistente, ampla e íntima relação com o Atlântico ao longo da sua história, nomeadamente como testemunha e interveniente nas transformações tecnológicas essenciais que se operaram no rolar dos séculos, com verdadeiro alcance civilizacional.

Hoje, é ainda esta vocação atlântica que marca e anima a ilha do Faial, fazendo do seu porto e da sua marina escala desejada da navegação de recreio que em cada ano, em número crescente, cruza os oceanos, credenciando a Horta como verdadeira «capital do *yachting* do Atlântico Norte»⁷.

*

Vejamos seguidamente como apareceu o Núcleo Cultural da cidade da Horta e a evolução registada pelo Boletim.

Os elementos da historiografia oficial⁷ referem-nos o seguinte: “o Núcleo Cultural da Horta é uma instituição cultural fundada em 1955.

⁷ Jorge Costa Pereira, “No Cinquentenário do Núcleo Cultural da Horta” in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 15 (2005).

Reconhecendo a sua actividade e o papel desempenhado no desenvolvimento cultural da ilha do Faial, o Núcleo (...) foi declarado Pessoa Colectiva de Utilidade Pública por Despacho do Presidente do Governo Regional dos Açores de 29 de Novembro de 2006.

Por decisão do plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, foi-lhe atribuída a Insigna Autonómica de Mérito (categoria de Mérito Cívico) (...).

Os Estatutos (...) atribuem ao NCH a competência de: “a) Promover ou patrocinar estudos históricos, etnográficos, linguísticos e científicos, relativos ao Arquipélago dos Açores e, em especial, às ilhas do Distrito da Horta; b) Promover a publicação ou divulgação de trabalhos culturais, de reconhecido valor; c) Promover ou patrocinar outras manifestações culturais de várias naturezas (...)”.

Para o exercício das competências descritas, as actividades do NCH poderão incluir: “a) A publicação regular de um boletim (...)”.

Com o número 13 (2004), o Boletim do NCH mudou de apresentação e arranjo gráfico e (...) apostou em constituir uma nova série que se iniciou em 2005, “[...] que se pretende de temas”, em que “o tema de cada ano, que constituirá o primeiro espaço do Boletim, será tratado por autores convidados de modo a asse-

gurar o seu corpus e a sua periodicidade” (...). Pretende ainda manter uma secção, denominada Vária, onde serão acolhidos artigos sobre outras matérias, e um espaço de Revista de Livros, recenseando as publicações feitas nos Açores ou que a estas ilhas interessem”.

*

Qual é, então, o conteúdo do número de 2009 cujo lançamento nos reúne hoje aqui ?

O número abre com um **Editorial** do Doutor Ricardo Madruga da Costa, Editor, em que se dá nota da relevância da Região, nos planos nacional e internacional, sobretudo no âmbito da renovação do conhecimento científico.

Segue-se uma alocução do Prof. Avelino Freitas de Meneses, Reitor da Universidade dos Açores, sobre o “**Mar dos Açores**”, que nos chama a atenção para o facto de este mar dar profundidade oceânica à Comunidade Europeia e sublinhando que, na actualidade, o mar português é sobretudo um mar açoriano.

Depois, tem lugar um texto do Prof. Mário Ruivo, Presidente da Comissão Oceanográfica Intersectorial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sobre “**A Região Autónoma dos Açores – Uma mais-valia para a Política Nacional do**

Oceano”, que realça o facto de a Estratégia Nacional para o Mar assinalar que as Regiões Autónomas apresentam importantes mais-valias para uma política interna de desenvolvimento, coesão e identidade nacional. Os Professores Ricardo Serrão Santos, Pedro Afonso, Ana Colaço, Telmo Morato e Verónica Neves, da Universidade dos Açores, abordam o tema “**A investigação científica e a conservação do ambiente marinho nos Açores: dos primórdios à actualidade**”. Neste artigo é apresentada a evolução da utilização dos recursos naturais, os contornos da investigação científica e a descrição dos instrumentos de gestão em curso e do seu enquadramento regional, nacional e europeu.

Os Professores Joël Bried, Maria Magalhães e Verónica Neves, da Universidade dos Açores, apresentaram um texto interessantíssimo sobre “**Aspectos da ornitologia marinha dos Açores**” em que nos dão conta das diversas vertentes relacionadas com o conhecimento da comunidade de aves marinhas da Região, que têm sido objecto de estudo por naturalistas açorianos, expedições científicas e especialistas nacionais e estrangeiros.

O sector das pescas ocupa um lugar de relevo neste número. Os Professores Mário Rui Pinho e Gui Menezes,

da Universidade dos Açores, escrevem sobre **“Pescaria de demersais dos Açores”**, analisando, com elevado rigor científico, este tipo de pescaria, e fornecendo elementos sobre dinâmica de recursos, avaliação de unidades populacionais e aplicação de medidas técnicas e de gestão.

Como poderão verificar, fui igualmente solicitado a colaborar neste número. Para o efeito, escrevi um artigo sobre **“A Política Comum de Pescas da União Europeia. O quadro jurídico respectivo e a sua aplicação na Região Autónoma dos Açores”**. Nele se enunciam os principais pressupostos da base jurídica e da competência comunitária no âmbito desta política comum e se descreve o que tem sido a sua aplicação na Região, desde a adesão do nosso País às Comunidades. Suscitam-se ainda algumas orientações prospectivas sobre o papel a desempenhar pelas regiões ultraperiféricas na governação dos oceanos.

O Prof. Manuel Pinto de Abreu, Responsável pela Estrutura de Missão para a extensão da Plataforma Continental, num texto com o sugestivo título **“Alargar Portugal”**, introduz-nos nesta relevantíssima temática. De acordo com as suas palavras “Com a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (...), Portugal pôde lançar-se na aquisição de novos territórios

marítimos. (...) O Projecto de Extensão da Plataforma Continental (...) constitui a derradeira fase de fixação dos limites exteriores das zonas dos fundos marinhos (...). Estes projectos podem constituir-se como processos que apresentam claras vantagens, num quadro de grande potencial de desenvolvimento. A certeza e segurança jurídicas relativamente à titularidade dos recursos naturais existentes nos fundos e subsolo marinhos poderão conduzir, onde a tecnologia o permita, à realização económica do investimento efectuado”.

As áreas ligadas à informação sobre os recursos merecem o devido relevo. A Dra. Carla de La Cerda Gomes, da empresa Oceanoscópio – Agência de Inovação em Educação Marinha, no artigo **“Desafios da Educação Marinha nos Açores”**, alerta para a necessidade de se efectivar uma educação de qualidade e cooperante com outros instrumentos de conservação da biodiversidade marinha da Região, apresentando as principais acções nesta área.

Por seu lado, o Prof. Filipe Mora Porteiro, da Universidade dos Açores, com o texto **“A importância das campanhas oceanográficas do Príncipe Albert I do Mónaco para o conhecimento do mar dos Açores”**, faz-nos percorrer, com grande minúcia, os trabalhos das 29 campanhas oceanográficas comandadas pelo Prín-

cipe. De acordo com o Autor, o levantamento da informação zoológica recolhida tem relevância para estudos de biogeografia e biodiversidade e pode ainda revelar-se útil na avaliação dos impactos das mudanças globais nos ecossistemas do mar profundo.

O Dr. Michael Dyer, actual Director da ‘New Bedford Whaling Museum Research Library’ colabora igualmente neste número com um artigo que tem por título “**Expressly placed to facilitate navigation: North Atlantic islands, their advantages and impacts, 1769-1924**”. Trata-se de um excuro de natureza histórica que trata o tema da actividade baleeira norte-americana entre meados do séc. XVIII e princípios do séc. XX, e que analisa a interacção dos naturais das regiões insulares com aquela indústria e a rede de relações interculturais que dela resultou.

Este número conta ainda com um texto do Professor António José Telo, da Academia Militar e actual Director do Instituto de Defesa Nacional, que trata o tema da **neutralidade portuguesa durante a 2.^a Guerra Mundial**, desenvolvendo a importância do Atlântico português neste período e estabelecendo uma comparação com o envolvimento de Portugal noutros conflitos globais.

Aqui está, pois, um volume que opera uma simbiose magnífica entre His-

tória, Cultura e Direito e aquilo que hoje há de mais avançado em termos de Inovação, de Investigação Científica e de Tecnologia.

Como nota final, gostaria de relevar aqui alguns elementos que nos permitem enquadrar a Região Autónoma dos Açores nos próximos tempos no que se refere à temática sobre a qual temos vindo a reflectir nesta apresentação. São eles, em minha opinião, os seguintes:

- A afirmação no espaço atlântico e o posicionamento estratégico na relação transatlântica.
- A procura das melhores soluções no quadro de uma política marítima europeia integrada.
- O sublinhar de especificidades no âmbito da Política Comum de Pescas.
- O exercício da excelência, hoje geralmente reconhecida, no domínio da investigação oceanográfica e da biologia pesqueira.
- A gestão da maior zona de biodiversidade marinha da União Europeia.
- Os futuros e complexos desafios colocados pela extensão da plataforma continental.

Situamo-nos perante tarefas ingentes, a requerer um esforço significativo dos que se encontram envolvidos

neste processo. Também neste contexto, as palavras sábias de Natália Correia podem constituir um guia inestimável na percepção das coisas e na maneira de lhes fazer face. É essa, julgo, a mensagem que nos transmite nos versos do poema *‘Retrato talvez saudoso da menina insular’*.

Estou em crer que a tranquilidade guardada pelo olhar e a capacidade de sonhar e de agir de que aí nos fala a escritora são, e continuarão a ser, perante o que de grande e de útil tem de ser feito, apanágio de todos aqueles que se empenham na valorização da “dimensão oceânica dos Açores”.

